



REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES

FORTALEZA, BRASIL

AB-2200
CII/AB-837
13 março 2002
Original: espanhol

DISCURSO DO GOVERNADOR PELA REPÚBLICA DOMINICANA
NA QUINTA SESSÃO PLENÁRIA

Francisco M. Guerrero Prats

1. Em nome do povo e do Governo da República Dominicana presidido por Sua Excelência o Engenheiro Hipólito Mejía, desejo manifestar a satisfação particular que sentimos pelo fato de uma das primeiras Assembléias deste milênio se realizar nesta formosa cidade de Fortaleza, Brasil. Terra de homens e mulheres valentes, pioneiros na luta pela liberdade e igualdade entre as raças. Desejo agradecer, na qualidade de chefe da delegação dominicana, a excelente hospitalidade de que temos sido alvo por esta cidade e pelos organizadores destas reuniões.
2. Desde o ano passado, a economia mundial sofre uma profunda desaceleração, classificada por alguns analistas como “a primeira recessão global do século XXI”, que reduziu à metade a sua taxa de crescimento em relação ao ano 2000, quando chegou a 4,7%. Pela primeira vez em mais de 25 anos, as três principais economias do mundo, os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha, entraram **simultaneamente** em recessão, acentuada pelos dramáticos acontecimentos de 11 de setembro.
3. Igualmente, o crescimento das economias mais avançadas que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu-se a uma quarta parte da taxa de 4,3% registrada no ano 2000. As repercussões dessa ampla crise têm sido globais, atingindo quase todas as economias emergentes. O crescimento do comércio internacional reduziu-se de 12,5% para menos de 1%, e os fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) caíram aproximadamente 40% no âmbito mundial.
4. Na região da América Latina e do Caribe, o impacto da desaceleração mundial implicou uma redução da taxa de crescimento de 4,1% no ano 2000 para 0,5% em 2001. Esta crise, que é terceira nos últimos dez anos, representou um decréscimo de 1,0% no PIB por habitante e de 10% no IED líquido, que se soma à queda de 16,2% no ano 2000, ao passo que as exportações - que haviam crescido 20% no ano 2000, sofreram uma contração de -3,5%. Não obstante, o

desemprego manteve-se em 8,4% e a inflação continuou em declínio tal como nos três anos anteriores.

5. Não obstante o contexto de incerteza por que passou o mundo no ano passado, as economias do Hemisfério continuaram a envidar esforços para a formação da Área de Livre Comércio das Américas, o que se evidenciou pela continuidade do ritmo de trabalho mantido após os terríveis acontecimentos de 11 de setembro. Este respaldo põe de manifesto o reconhecimento dos países da nossa região à integração e à abertura comercial como elementos de importância vital para o seu desenvolvimento.

6. A respeito, cabe reconhecer o trabalho desenvolvido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na qualidade de membro da Comissão Tripartite da ALCA, por suas numerosas e qualificadas contribuições para as pesquisas requeridas e pela assistência técnica prestada a fim de promover a participação dos países membros nesse processo.

7. Devido ao alto grau de abertura da economia dominicana e à sua estreita vinculação com a economia dos Estados Unidos, a acentuada deterioração do contexto econômico internacional e a recessão nos EUA também afetaram a economia dominicana, ainda que em menor proporção, por se haver adotado oportunamente uma série de medidas de política econômica que permitiram recuperar a estabilidade macroeconômica e assentá-la em bases mais firmes.

8. Com efeito, a partir de agosto de 2000 procedeu-se à correção do crescente déficit fiscal, e o ano de 2001 encerrou-se com essa conta praticamente equilibrada, o que é muito significativo se for levado em conta o cenário de baixo crescimento econômico. Igualmente, o desequilíbrio externo, que ao final do ano 2000 revelava um déficit de conta corrente de 5,2% em relação ao PIB, reduziu-se em 2001 a 4,0%. As reservas internacionais aumentaram para os níveis mais altos da história do Banco Central da República Dominicana, propiciando a manutenção da estabilidade da taxa de câmbio.

9. Os equilíbrios das contas interna e externa e a estabilidade do câmbio deram margem a reduções de até oito pontos percentuais nas taxas de juros, bem como a uma redução da inflação, de 9% para apenas 4,4%. Em conjunto, embora as medidas de restrição fiscal e monetária que foi necessário adotar a fim de preservar a estabilidade macroeconômica tenham resultado em contração da economia no primeiro trimestre, observou-se a partir de então uma notável reanimação da atividade econômica, tendo o ano finalizado com uma taxa de crescimento de 2,7%, que se situa entre as mais altas da América Latina e do Caribe, superando em mais de cinco vezes o crescimento médio da região.

10. O processo de reformas estruturais do país intensificou seu ritmo em 2001 com a reforma tributária, que garante receita para manter o equilíbrio fiscal, a reforma tarifária, que situa a tarifa média em posição próxima à media da região, e as reformas da seguridade social e do sistema de pensões. Além disso, eliminaram-se subsídios generalizados como o do gás propano, principal combustível de uso doméstico, que foram substituídos por um subsídio focalizado nos lares pobres, capaz de garantir a continuidade da frequência de suas crianças à escola.

11. Tendo em vista os indicadores de macroestabilidade e as reformas, a República Dominicana foi contemplada com uma melhoria de três níveis na classificação de risco de investimento, outorgada pelas firmas classificadoras do risco país: Moody's melhorou a classificação em dois níveis (de B1 para Ba2) e Standard & Poor's de B+ para BB-. Uma demonstração cabal da confiança que os investidores internacionais depositam na República Dominicana, bem como nos seus sólidos fundamentos e nas suas perspectivas favoráveis, é o êxito que cercou a primeira incursão do país no mercado de capitais, mediante a emissão e colocação de bônus no montante de US\$ 500 milhões de valor ao par e na qual se obteve um rendimento de 9,5% em cinco anos. Essa operação foi materializada em 27 de setembro de 2001, apenas alguns dias depois dos fatídicos acontecimentos de Nova York e Washington.

12. Desejamos felicitar as autoridades do Banco Interamericano de Desenvolvimento pelo seguimento dado à idéia de que a instituição deve se converter em entidade relevante e capaz de responder às necessidades dos países da região, tal como nos expressou o Presidente Iglesias por ocasião da Quadragésima Segunda Reunião Anual da Assembléia de Governadores, realizada no ano passado em Santiago, Chile.

13. Para tais propósitos o BID propõe-se o seguinte: a) alcançar maior eficácia no desenvolvimento das medidas adotadas na região; b) atender as necessidades de empréstimo de apoio a reformas de política; c) proporcionar recursos para ajudar os países que enfrentam crises econômicas e/ou financeiras; e d) manter a solidez financeira do Banco.

14. De modo semelhante, a Comissão da Assembléia de Governadores está estudando uma proposta que visa a atender os novos requisitos dos países, conforme solicitado na Reunião Anual de Governadores de 2001, e que abrange três modalidades de financiamento: empréstimos para financiar projetos de investimento; empréstimos para apoiar a implementação das políticas setoriais (de desembolso rápido); e empréstimos para financiar situações de emergência.

15. No que se refere à matriz de financiamento de contrapartida, a decisão proposta pela Comissão da Assembléia de Governadores, de ampliar os limites de financiamento do BID em 10% para cada categoria de países, representa um verdadeiro alívio financeiro para as nossas economias, num momento em que se vêem fortemente afetadas por um contexto internacional desfavorável.

16. Estas medidas do BID valem como um apoio real para vários países da região dependentes de determinados setores que, como o turismo, são importante fonte geradora de divisas, e que não dispõem de outras alternativas para recuperar-se das perdas decorrentes de situações exógenas imprevistas que afetaram negativamente suas economias.

17. Passo agora a referir-me a três questões de política institucional que desejo ressaltar no âmbito desta Reunião Anual. Uma delas é a necessidade de um novo aumento de recursos do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), entidade da família do BID que vem desempenhando crescente e singular papel como canal de financiamento para o desenvolvimento da pequena empresa, a melhoria do funcionamento do mercado e do seu quadro regulador, e a consolidação dos sistemas financeiros. A segunda é a importância que reveste, tanto para o Banco como para os países beneficiários da região, a manutenção em nível prioritário dos

empréstimos destinados a investimento. E a terceira é a necessária efetividade da ação do Banco no desenvolvimento de nossos países, justamente agora que as condições internacionais têm sido adversas.

18. Além disso, recebemos com satisfação a reafirmação, pelo Presidente Iglesias, das políticas contidas na **estratégia institucional** do BID, na qual desempenham relevante papel o aumento da competitividade e o compromisso do Banco de nos prestar toda a assistência necessária para a preparação de nossas próprias estratégias e planos nacionais de competitividade.

19. Para finalizar, valho-me da ocasião para reconhecer a meritória e extraordinária tarefa realizada por nosso Presidente em sua fecunda gestão à frente do Banco. Ao longo destes anos, o BID passou a ser a fonte principal de financiamento multilateral para a região, executando programas de empréstimos inovadores e diversificados, com acentuada ênfase na redução da pobreza, no desenvolvimento do setor social, na modernização do Estado e na ampliação da infra-estrutura básica.

20. Assim como a década dos 80 foi batizada de “década perdida” em termos de desenvolvimento para a América Latina e o Caribe, este primeiro decênio – em que pese seu início pouco auspicioso – deverá caracterizar-se por nossa capacidade de superar as adversidades e transformar os desafios em novas possibilidades de reativação das nossas economias, de impulsionar as reformas sociais, de modernizar as instituições e de consolidar os esforços de integração regional. Esta é a nossa esperança e é para este rumo que devemos encaminhar os nossos esforços.